

Samey pode tirar carta da manga

A. C. SCARTEZINI

A longos 311 dias do final do seu mandato, o presidente Sarney recusava-se a acreditar, na manhã da última quinta-feira, que o seu Governo já estivesse esgotado, sem dinheiro, prestígio e articulação. "Apesar de todas as dificuldades, o senhor chega ao fim do seu governo com o País tranquilo", procurou o senador Gerson Camata (PMDB-ES), diante de Sarney, confortá-lo contra o desânimo geral, pois a principal meta política do Presidente estaria cumprida, como acrescentou:

"Ninguém duvida de que vamos ter eleição e o senhor vai entregar o governo a um sucessor eleito".

Mas o presidente dispensou a amabilidade do senador. "Vai acontecer muita coisa ainda até o final do governo". Assegurou Sarney que o seu governo ainda não terminou, com uma segurança que transmitiu a Camata a impressão de que o Presidente planeja alguma coisa que poderá surpreender a Nação. "Pensei que poderia ser alguma coisa como uma formidável injeção de dinheiro do FMI ou outra coisa muito boa, mas o Presidente não disse mais nada", confessou Camata mais tarde.

Nessa avaliação posterior, Camata observou ainda que, durante a quase meia hora em que esteve com Sarney no Planalto, não conseguiu retirar do Presidente nada que pudesse ser uma informação completa. Nem de política, eles que são dois políticos. "O Collor está indo muito forte...", chegou o senador a tentar do presidente um comentário sobre a sucessão. "Eu tenho lido nos jornais...", limitou-se Sarney a responder, para escapar de alguma definição.

Incertos como Camata a respeito dos últimos meses do governo, os ministérios espalhados pela Esplanada pouco têm a oferecer a Sarney como colaboração de trabalho. "O governo está muito amarrado", revelou um dos gabinetes da Esplanada, na manhã de terça-feira, que aquele ministério sentia-se sem condições de sequer propor ao Planalto um projeto de lei para regulamentação de um dispositivo constitucional.

"Nada temos a fazer senão ir tocando as coisas", informou o novo secretário de Ciência e Tecnologia, Décio Dezagottis, num de seus primeiros contatos com cientistas e técnicos que passaram a trabalhar em sua companhia desde que a secretaria foi criada para ficar com o espólio do antigo Ministério da Ciência e Tecnologia. Informava Dezagottis que não há dinheiro para se pensar em alguma coisa mais importante na secretaria.

Em seu exílio entre a praia carioca e a fazenda mineira, o ex-governador Hélio Garcia contempla o panorama nacional e chega à conclusão de Camata: a eleição presidencial é o único meio de, ao mesmo tempo, prestigiar-se o presidente atual e passar-se logo para outra situação. "E preciso que essa eleição venha rapidamente para acabar com essa confusão, essa incerteza, essa insegurança, para que, enfim, possamos encontrar harmonia", sugere o antigo governador de Minas, mas com uma advertência:

"O diabo é que essa transição de presidente está sendo feita numa campanha eleitoral cheia de ódio, quando o que precisamos é de congraçamento. Essa sucessão é mais perigosa e arriscada do que aquela do Figueiredo para Tancredo".

EM PLENO VÔO

Com a mesma apreensão em torno da nova sucessão, o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) reapareceu na manhã de sexta-feira em seu gabinete no Senado depois de dois dias em Porto Alegre, ainda impressionado com uma cena que acontecera na noite da véspera em seu voo de volta a Brasília:

"As pessoas me reconheceram e houve um comício no fundo do avião. Todos queriam falar de seus problemas comigo, os quais eram sempre os mesmos de qualquer outro brasileiro neste momento: salários baixos e preços altos".

Os problemas são específicos e o diagnóstico é fácil, mas Passarinho sente que Sarney teria dificuldade para desencadear alguma receita que lhe permitisse injetar novo fôlego no Governo. "Para ter mais fôlego, seria necessário um resultado melhor no campo econômico. Mas como?", questiona o senador, compreensivo com o último pacote econômico de janeiro:

"O Plano Verão deu algum resultado, mesmo que a inflação oficial seja mentirosa porque não leva em conta o mercado negro.

Deu resultado porque não estamos hoje com a inflação de 70 por cento. Mas, se chegarmos à hiperinflação, não jogo um tostão na nossa sorte".

A sorte institucional e o grande risco para Passarinho se alguma coisa não for feita para afastar a hiperinflação e as greves:

"Se o grevismo passar para convulsão social, alguém vai levantar a espada para dizer: 'Eu sou o salvador da lei e da ordem'".

SOBE OU DESCE

A convulsão social é uma ameaça latente também para o cientista político Bolívar Lamounier, que acompanha o panorama social em seu observatório de São Paulo. "Se houver convulsão social, Sarney ou se fortalece ou cai", indica Lamounier que o distúrbio tanto pode provocar uma união em torno do Presidente como derrubá-lo.

Mas Lamounier não espera que Sarney adote alguma inovação importante para conduzir seu governo até o final. "Ele vai tentar chegar ao final do mandato com aquilo que os aeronautas chamam de VMS — Velocidade Mínima de Sustentação, sem programas ambiciosos", diagnóstica, certo de que o Presidente enfrenta duas dificuldades fundamentais:

"Se, como recomenda a sabedoria, Sarney aprofundasse a conversação em torno de acordos sociais, poderia encontrar a saída, mas ele não tem credibilidade para isso e a sucessão já está nas ruas".

Também sem encontrar a possibilidade de alguma inovação na economia, Bolívar Lamounier acha que a receita para os últimos meses de governo está em administrar a eleição do sucessor. "Só resta a Sarney garantir a eleição e a posse do sucessor", completa o diagnóstico, certo de que o presidente não tem interesse em reprimir com violência os distúrbios políticos para se tornar popular, como Vargas fez no meio dos anos 30.

SEM ATRAPALHAR

O mesmo diagnóstico sai das reflexões do historiador Francisco Iglessias em Belo Horizonte. "Que Sarney não atrapalhe a eleição e posse do sucessor, deixe a eleição acontecer sem perturbação", propõe Iglessias, desconfiado de que o atual Governo pode ser o próprio agente de perturbação da sucessão, como resultado de sua impotência para afastar a crise:

"Não há nada para este Governo fazer. O Plano Verão foi um paliativo que iludiu a opinião pública no máximo em seu primeiro mês. Se o Governo inventar mais alguma coisa, será outro paliativo, porque falta criatividade ao seu ministério para algo mais consistente.

A mesma noção de que cabe ao governo não atrapalhar habita o pensamento do deputado José Genoíno (PT-SP) em sua ponte entre Brasília e São Paulo. "Basta Sarney não atrapalhar que a sociedade civil, como aconteceu no final do governo Figueiredo, se encarrega de ocupar o espaço até março, discutindo as propostas dos candidatos e o programa do novo presidente para sair da crise", indica Genoíno.

No mais, Genoíno tranquiliza o governo Sarney: ele não estará em julgamento nas urnas presidenciais de novembro. "A sociedade civil, ao votar, vai se referenciar nas propostas dos candidatos e nos programas dos partidos e não no Governo que ai está", entende o deputado que essa é mais uma razão para o atual Governo afastar-se do mercado político.

PELO SOCIAL

Apesar do desalento, Sarney ainda pode fazer alguma coisa expressiva a ponto de marcar em menos de 300 dias todos os seus cinco anos de governo. "Basta usar a imaginação, pegar um tema e trabalhar em cima dele", receita o publicitário Cláudio Baeta, especialista em marketing político que já ajudou na eleição de vários candidatos.

O tema poderia ser, por exemplo, a criança. Retirar crianças das ruas, cuidar da merenda escolar, educar meninos e encaminhá-los para o trabalho são questões de alto interesse social que despertam a atenção e mobilizam a sociedade. A própria Constituição condicionou o trabalho das crianças a casos que ainda dependem de regulamentação — que poderia, por exemplo, estabelecer a forma de educar-se menores em funções de treinamento.

Seria importante a definição de um tema para trabalho na área social, a começar pelo emblema que atribui no Governo prioridade ao social.



Hélio Garcia vê mais risco agora

Como protagonista ativo da última sucessão que assegurou a queda do regime militar, Hélio Garcia considera que a transição agora de um governo civil para outro civil, é mais arriscada, porque a disputa entre candidatos e partidos radicaliza a busca de votos nas ruas, enquanto a anterior abriu um congraçamento nas praças públicas que permitiu um pacto de elites.

Recorda Hélio Garcia que como sucessor de Tancredo no governo de Minas, participou do pacto entre o final de 1984 e o início de 1985 para levar a transição com a Nova República:

— Dr. Tancredo, eu e mais algumas pessoas conversamos com Figueiredo e as áreas mais radicais do antigo governo, o que permitiu a transição sem sobressalto. O único incidente que aconteceu foi aquela foto na *Veja* do Moreira Lima tirando da parede o retrato do Délio, mas foi contornado.

Refere-se o ex-governador a um incidente logo depois da eleição de Tancredo em 15 de janeiro

de 1985. A maior resistência militar a Tancredo estava num núcleo da Aeronáutica que seguia o então ministro Délio Jardim de Mattos no veto à entrega do ministério ao brigadeiro Octávio Moreira Lima, depois que o Exército aceitou o general Leônidas Pires Gonçalves no novo governo e a Marinha ficou com o almirante Henrique Sabóia.

A escolha de Moreira ainda não estava consolidada quando ele recebeu a visita da revista em seu gabinete no Comando Geral de Apoio, no Rio, e aceitou posar para fotos na sua mesa de trabalho daquela época. "Mas o senhor vai ficar com o ministro aí atrás?", ponderou o fotógrafo Antônio Ribeiro, observando que a fotografia, em suas costas, do ministro Délio, não combinava com a situação, que era a de ascensão de Moreira.

Prontamente, o brigadeiro Moreira Lima dispôs-se a subir em sua cadeira e a retirar a fotografia do ministro, substituindo-a por um retrato de Santos Dumont — como o fotógrafo documentou numa série de flagrantes que a

revista publicou para irritação dos amigos de Délio. "Mas tivemos tempo para consertar a situação", acrescenta Hélio Garcia.

Agora, Hélio Garcia espera que o presidente Sarney colabore para uma eleição mais tranquila do sucessor, de modo que, em seguida, haja um entendimento geral em torno do eleito para garantir a sua posse, "inclusive para que haja estabilidade do processo democrático e o novo governo possa seguir em frente sob um clima de concórdia".

No entanto, o ex-governador reconhece que uma coisa prejudica a desradicalização da eleição do novo presidente: a circunstância de tratar-se de uma eleição isolada, solteira. "A eleição não é casada, é só para presidente e em dois turnos, então toda a briga fica em cima apenas dos homens que estão na disputa", observa. Se fosse uma eleição casada, envolvendo também a escolha de vereador, prefeito, deputado, senador ou governador, a disputa se diluiria com esses candidatos e seus partidos.

Figueiredo: fim antes da metade

Um dos mais precoces fins de governo da República foi o do general Figueiredo, que dispôs de seis anos no Planalto e não soube administrá-los. "O governo ainda nem havia chegado à metade e já havia no País a impressão de que acabara e nem tinha mais o que fazer", recorda o jornalista Etevaldo Dias, que acompanhou de perto a agonia de Figueiredo na Presidência.

Mais dolorosos foram os últimos meses de Figueiredo, quando as ruas estiveram ocupadas pelas campanhas das Diretas Já e de Tancredo Neves, enquanto o governo, impotente, sitiava-se na Capital da República. "Figueiredo, então, procurou ficar o mais longe possível de Brasília", testemunha Etevaldo. "Arrumava viagem para todos os lados do território nacional e nós, jornalistas, ficávamos correndo com ele para baixo e para cima".

As viagens eram tão fáceis que bastou um parente de deputado fazer um pedido e Figueiredo imediatamente despachou-se para o Amapá atrás da oportunidade de inaugurar uma creche, que nem era pública, mas privada. "Tudo valia a pena porque o importante para Figueiredo era não enfrentar Brasília", conta Etevaldo Dias.

Uma das razões do general para fugir de Brasília era evitar o convívio na cidade com os políticos, dos quais Figueiredo se julgava vítima de traição. "Uns eram considerados traidores porque ficaram com Tancredo, outros eram traidores porque prometeram votar em Mário Andreazza na convenção do PDS e votaram em Paulo Maluf. Maluf era traidor porque desafiava o Planalto com sua candidatura", analisa o jornalista.

A SAÍDA

Debate sustenta Governo

As discussões entre o governo e a sociedade costumam oferecer diagnósticos corretos sobre a realidade e receitas para a solução dos problemas, e tornam-se úteis quando não caem no vazio. "Os debates são capazes de abastecer as prateleiras do governo com estoques permanentes de boas idéias", confirma Renato Zandonadi, responsável no Ministério da Agricultura pela Secretaria Nacional de Abastecimento.

Recorda Zandonadi, por exemplo, a última reunião do Concex — Conselho de Comércio Exterior, que colocou na mesma mesa autoridades dos ministérios da área econômica e empresários do calibre de Mário Amato, Pratini de Moraes, Giulite Coutinho e Benedito Moreira da Fonseca, "todos envolvendo-se numa discussão rica sobre a política comercial".

A discussão revelou que o País dispõe hoje de uma política moderna para a indústria, mas não conta com outra semelhante para o comércio, sobretudo as trocas comerciais com o exterior, numa situação que coloca em risco a sua modernização tecnológica e pode ampliar as dependências internas em relação ao exterior.

Considerou-se prioritária a definição das relações entre os mercados interno e externo no sentido de fortalecer a participação do setor privado, reduzindo-se a intervenção do governo no jogo entre eles. Tudo com regras claras e perma-

nentes dentro dos princípios modernos de mercado. Seria fazer com o comércio o que se fez com a indústria.

Sugeriu Pratini de Moraes, ex-ministro da Indústria e do Comércio, que a nova política comercial acompanhasse o progresso alcançado com a industrial, "até mesmo por uma questão de lógica". Criticou a tendência do governo a dar ênfase às exportações e ignorar as importações, especialmente as de tecnologia.

Contou Mário Amato, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, o caso de uma importante indústria que demorou quase um ano para conseguir a liberação da importação de um equipamento fundamental ao seu trabalho. Era um equipamento comandado por um microcomputador que dependia de autorização da Secretaria Especial de Informática.

Lembra Zandonadi o caso da agricultura, que encontra dificuldade para importar coisas simples e fundamentais como determinados materiais-primas para defensivos, taxadas com superproteção para a indústria nacional, a qual, por isso mesmo, chega a sentir-se dispensada de atualizar a sua produção.

"Atualização é até importante para que a indústria nacional tenha condições de concorrer com a estrangeira, mas, como não precisa concorrer, sua produção sai cara e o custo chega à mesa do consumidor", ensina Renato Zandonadi.